

# DESCONSTRUIR DISCURSOS E PRÁTICAS NATURALIZADAS SOBRE OPRESSÕES E IMPUNIDADES

*'Y LA CULPA NO ERA MÍA, NI DÓNDE ESTABA, NI CÓMO VESTÍA'*

Solange Borelli<sup>1</sup>

Cecilia Setti

2

## RESUMO

A partir do ato performático do coletivo artístico LasTesis, propomos uma discussão preliminar sobre os mecanismos internos de subalternidade e a produção de comportamentos naturalizados, como a violência de gênero em suas múltiplas formas, na perspectiva de pensadoras, ativistas e feministas, a fim de obtermos perspectivas epistemológicas que nos levem a desconstruir discursos e práticas naturalizadas sobre opressões e impunidades.

**Palavras-chave:** feminismos decoloniais, violência de gênero, patriarcado.

\*

*"El patriarcado es un juez, que nos juzga por nacer / y nuestro castigo es la violencia que ya ves / Es feminicidio / Impunidad para el asesino / Es la desaparición / Es la violación / Y la culpa no era mía, ni dónde estaba, ni cómo vestía / El violador eras tú / Son los pacos / Los jueces / El estado/ El presidente / El estado opresor es un macho violador / El violador eras tú."*  
(LASTESIS, 2019)

## Introdução

Antes de qualquer estruturação do pensamento do que vamos expor aqui, neste ensaio reflexivo, precisamos dizer que somos e estamos diretamente afetadas por nascer e viver numa sociedade que esconde a brutalização, o abuso e a desumanização que a colonialidade de gêneros implica. Num país que mata indiscriminadamente gente preta, indígena, imigrantes, prostitutas, pessoas LGBTQIA+, empobrecidas e

<sup>1</sup> Mestranda no Programa Mudança Social e Participação Política (PROMUSPP) - EACH/USP.  
E-mail: [solangeborelli@usp.br](mailto:solangeborelli@usp.br)

<sup>2</sup> Pesquisadora no Instituto Veredas. E-mail: [cicasetti@gmail.com](mailto:cicasetti@gmail.com)

moradores de bairros periféricos. Mata mulheres que escolhem seus próprios caminhos, afetos e modos de viver. Mulheres que carregam no corpo marcas da misoginia, da violência doméstica, da exploração, da solidão e da depressão, marcas próprias de um sistema patriarcal que insiste em manter adestrados os corpos para garantir a subalternidade sob controle. Nesse contexto e a partir do ato performático inaugurado pelo coletivo artístico chileno LasTesis, propomos instaurar uma discussão preliminar sob a perspectiva de ativistas e teóricas feministas decoloniais, que buscam nas suas militâncias desconstruir os mecanismos internos de subalternidade e a produção de comportamentos naturalizados, como a violência de gênero em suas múltiplas formas.

### **O coletivo LasTesis**

Em 20 de novembro de 2019, nas ruas de Valparaíso, a 120 quilômetros da capital chilena, quatro mulheres artistas, integrantes do coletivo LasTesis, criaram um ato performático *“Un violador en tú camino”*. Em questão de dias, a performance viralizou e se tornou um fenômeno internacional, interpretada por outras mulheres em dezenas de cidades ao redor do mundo, transformando-se em um poderoso hino feminista que denuncia a violência de gênero.

O coletivo LasTesis, formado por Daffne Valdés Vargas, Paula Cometa Stange, Lea Cáceres Díaz e Sibila Sotomayor Van Rysseghem, se dedica a pesquisar as artes performativas enquanto hibridização e choque entre linguagens (teatro, performance, dança, artes visuais etc.), em diferentes proposições de articulação entre arte e vida, envolvendo dimensões políticas, existenciais e culturais mais amplas.

A performance *“Un violador en tú camino”* nos propõe observar com outras lentes os mecanismos internos de subalternização, caracterizadas por uma relação hierárquica de poder, onde a desigualdade e a exclusão das mulheres manifestam-se e são explicadas com base nas diferenças físicas, sexuais e biológicas, construindo assim, uma identidade feminina com definições de papéis, colocando-a como figura passiva e submissa, criando assim o espaço propício para o exercício da opressão masculina.

A performance *“Un violador en tu camino”* encontra-se em vários canais do YouTube. Aqui selecionamos um dos registros feitos, no dia

contra a violência contra as mulheres, que ocorreu no Centro de Santiago, no dia 25 de novembro de 2019, com registro e edição de NOA (Nosotras Audiovisuales): <https://www.youtube.com/watch?v=aB7r6hdo3W4>.

### **Pensar a Mulher a partir de Mulheres: Maria Lugones, Lélia Gonzalez e Julieta Paredes**

É importante desde já, desmistificarmos o que representa ser mulher, que não se limita a pré-determinações biológicas, características físicas, culturais ou da própria reprodução. Ser mulher num território colonizado é ser atravessada pela subalternidade, tanto quanto ser mulher não branca, não cisgênero, não magra, não feminilizada, homossexual, trabalhadora não formal, enfim, não correspondente aos modelos hegemônicos do que se pensa e se projeta como referência para o ser mulher.

Para alimentar essa discussão trouxemos a contribuição de autoras mulheres para o debate sobre a realidade social latino-americana com suas críticas a uma visão de mundo eurocêntrica. Trata-se de pensadoras e ativistas que abrem uma discussão importante sobre as diversas implicações que colocam a mulher num território de subalternidade. Maria Lugones, Lélia Gonzalez e Julieta Paredes, apresentam os feminismos latino-americanos a partir de três perspectivas: a do feminismo decolonial, do feminismo afro-latino-americano e do feminismo comunitário.

Direcionamos nossa análise para as produções reflexivas de mulheres latino-americanas, que são pouco referenciadas no universo acadêmico, especialmente dentro das ciências sociais, o que demonstra uma tendência a invisibilização de produções de mulheres que pensam sobre as mulheres. Assim, obras como: "Rumo a um feminismo descolonial" de María Lugones (2014), "Descolonizar as lutas: a proposta do Feminismo Comunitário" de Julieta Paredes Carvajal (2018) e "Por um feminismo afro-latino-americano" de Lélia Gonzalez (2020), nos trazem contribuições imprescindíveis, reivindicando por um movimento emancipatório que respeite e contenha em si os debates sobre colonialidade, raça, classe e gênero.

Frente a isso, adentramos primeiramente, ainda que de forma bastante concisa, o conceito de gênero, na perspectiva de Maria Lugones (1944-2020), socióloga, professora, feminista e ativista argentina radicada

nos Estados Unidos, na tentativa de compreender como a subordinação é reproduzida e a dominação masculina é sustentada em suas múltiplas manifestações, buscando incorporar as dimensões subjetiva e simbólica de poder para além das fronteiras materiais e das conformações biológicas.

Quando María Lugones publica o ensaio “Colonialidade e Gênero” (2008), inaugura uma discussão inserindo a categoria gênero no pensamento decolonial. Para a autora, o sistema de gênero surge quando o discurso moderno colonizador estabelece a dicotomia fundadora colonial: a classificação entre o humano e o não humano. Enquanto humano, o colonizador. Enquanto não humanos, os nativos indígenas e, um pouco mais tarde, as populações escravizadas, vistas como animais primitivos. Na categoria não humano, a atribuição de gêneros está ausente, o que não chamou atenção de autores decoloniais.

É esse o passo à frente que deu nome ao feminismo decolonial: o gênero como elemento estruturante da colonialidade, como categoria criada pelo vocabulário colonial e que não faz propriamente parte das dinâmicas pré-coloniais. O feminismo decolonial denuncia a imbricação estrutural das noções de heteronormatividade, classificação racial e sociedade capitalista.

Lélia Gonzalez (1935-1994), ativista e intelectual negra brasileira, que denunciou o racismo e o sexismo como formas de violência que subalternizam as mulheres negras, nos propõem olhar sob suas análises enquanto antropologia, sociologia, filosofia, psicanálise e sobretudo, considerando sua própria vivência de mundo enquanto mulher negra brasileira. Além de militante pelo movimento de mulheres negras, Lélia Gonzalez se apresenta ao mundo como uma brilhante intelectual com estudos pioneiros sobre a cultura negra no Brasil, deixando um legado de extrema relevância para análise das relações de raça, gênero e classe.

Ao recorrer a abordagens psicanalíticas para compreender as relações fundamentadas na linguagem (falada e compreendida), Gonzalez batizou de “neurose cultural brasileira” o fenômeno de dominação da população negra no Brasil através principalmente do “mito da democracia racial”, termo grifado pela autora e atribuído à obra de Gilberto Freyre, onde o escritor explora uma suposta igualdade entre brancos e negros no Brasil produzida pela miscigenação e cordialidade entre os senhores e seus escravizados, a despeito do racismo praticado no estrangeiro. Para

Gonzalez (1984), a difusão do mito da democracia racial, que tem o racismo em seu cerne por excelência, quando somada às práticas sexistas, produz não só efeitos de segregação e domesticação, mas de violência contra esses corpos de mulheres negras.

A autora trata ainda do que denomina como “noção de consciência e memória”, em que a primeira implicaria em desconhecimento, encobrimento, alienação e no próprio saber enquanto discurso ideológico que serve de base para o discurso e prática de branqueamento e da chamada “democracia racial”. Enquanto a segunda comprime em si a história não escrita, o não saber que conhece e a própria verdade estruturada como ficção; induzida de forma oculta através do que Lélia nomeia como “jogo dialético” entre consciência e memória.

Em seu artigo “Cultura, etnicidade e trabalho” (1979), Gonzalez realça a definição de ideologia em que se ampara através de seu contemporâneo, o filósofo marxista argelino Louis Pierre Althusser, destacando que o exercício da ideologia na sociedade de classes é uma representação tendenciosa da realidade, utilizada exatamente para manipular e manter os homens nos lugares que “devem” ocupar para manutenção do sistema de exploração de classe no lugar de torná-los conscientes de sua realidade material.

Gonzalez (1979) ainda destaca o quanto a mulher negra foi precursora do seu gênero ao entrar no sistema produtivo ainda no período colonial brasileiro, operando a reprodução social e sexual do trabalho. Primeiro como mucama, que emerge para o papel de doméstica (termo que para a autora comprime em si mais do que a própria função de atividades domésticas propriamente) no período de proletarização, exercendo funções de sujeição (à classe média fora de casa e aos homens dentro de casa), não somente em seu próprio lar, mas fazendo o trabalho reprodutivo no lugar de outra mulher (branca burguesa) que conseguiu conquistar seu “direito” de estudar ou trabalhar.

No entanto, a mulher negra nunca teve a labuta como direito, mas como condição imposta, sem a possibilidade de escolha. A autora ainda denuncia a produtificação da mulata, que se torna um importante “produto de exportação” da nação brasileira, especialmente no carnaval, fortalecendo o nocivo mito da democracia racial, mascarando a realidade racista brasileira ao mesmo tempo que a reafirma com seus atos. Destacamos ainda o caráter de objetificação do corpo da mulher negra

através dessas duas vias, uma enquanto objeto de superexploração para acumulação do capital e outra enquanto objeto de consumo da burguesia para seu prazer.

Essa divisão espacial, ideológica e até cultural entre dominados e dominadores, alocados como lugares naturais, segregam de forma estrutural, negando aos dominados os melhores níveis de educação e os mais altos postos de trabalho, possibilitando-lhes participação mínima nos processos político, econômico e cultural, o que serve a um sistema de acúmulo de capital e de consumo de pessoas como se fossem objetos, de forma absolutamente normalizada pelo Estado e pela sociedade (GONZALEZ, 1979), amalgamando-se no que hoje nomeamos como racismo estrutural.

O pensamento de Lélia explicita a perversidade do racismo na estratificação social brasileira, evidenciando a relevância da categoria de Raça enquanto uma das camadas de exploração humana, agregando-se às outras camadas de Classe, Gênero e Imperialismo como determinantes de relações de subordinação.

Tecendo contribuições que permitem aprofundar e ampliar o escopo de nossa discussão, Julieta Paredes (1967), indígena do Povo Aymara da Bolívia, nos instiga pensar através de sua produção cultural e acadêmica, sua prática enquanto educadora popular, sua militância e ativismo no feminismo comunitário que, entre outras raízes, a dimensão de patriarcado teve origem anteriormente ao processo de invasão e colonização do território ao qual reconhece como Abya Yala, sendo portanto pré-existente mesmo no modo de vida comunitário dos povos originários dessa terra.

Abya Yala é o nome usado por teóricos e ativistas decoloniais, um modo de renomear o continente americano, especialmente a América Latina. Esse termo tem uma origem pré-colonial, na língua Kuna, nação indígena da região do Panamá, e o seu significado é "terra de vida, terra madura". Trazer de volta esse nome é como um ato de resistência à dominação dos invasores que submeteu a identidade dos nossos povos originários.

Paredes nos aponta para a existência de uma luta em oposição ao patriarcado, hoje nomeada como feminismo, muito anterior ao século XVIII de Alexandra Kollontai ou Simone de Beauvoir, com o acúmulo de sabedoria correspondente à sua idade, tanto quanto os saqueamentos e opressões aos quais gerações de mulheres foram expostas.

A autora ressalta ainda a distinção entre machismo e patriarcado, atribuindo ao segundo a matriz das opressões, discriminações e violências que oprimem a humanidade e a natureza, constituído sobre os corpos das mulheres; enquanto coloca o primeiro como um dos elementos constitutivos desse sistema, podendo inclusive ser reproduzido pelas próprias mulheres (PAREDES, 2017). Demonstra que os indivíduos, ao reproduzirem o machismo, não deixam de estar subordinados ao patriarcado que promove essa prática.

A autora vai além, caracterizando a noção de gênero como mais uma possibilidade para o encarceramento de indivíduos, tanto quanto as divisões de classes sociais. Defende que a liberdade de expressão sexual e social está intimamente ligada à superação dos nossos princípios e valores ligados ao gênero. Cenário esse que colocaria em xeque as próprias iniquidades, injustiças e violências ligadas estritamente a esses valores. Ainda assim, as lutas pautadas apenas por essa categoria não têm condições de superar o sistema patriarcal por si só.

Nesse sentido, Julieta destaca o caráter radical do movimento do qual faz parte. Radical por se propor a reestruturar as raízes que compõem a sociedade e não se limitar a demandar direitos através dos parâmetros da democracia burguesa, mas por estabelecer como critério a proteção e cuidado dos territórios, através do que nomeia como mãe e irmã natureza, pelo viver bem não só individual, mas das famílias, das comunidades e das relações entre as comunidades. Paredes nos convoca enquanto sociedade a participar da construção do que ela chama de utopia, numa mudança completa dos paradigmas definidores das relações sociais e com o ambiente, em valorização do bem maior que é a vida de todos os tipos.

### **Considerações finais**

Sob a perspectiva dos aportes teóricos apresentados ao longo desta reflexão, impõe-se a seguinte questão: quais são os possíveis caminhos para romper com essa estrutura de poder que nos violenta, nos aprisiona e nos faz reproduzir mecanismos de subalternidade?

Lugones, Gonzalez e Paredes, apesar de trabalharem em linhas teóricas pouco semelhantes, travando debates com análises diversas entre

si, são consonantes, em linhas gerais, sobre três aspectos fundamentais: 1) superação de um sistema de exploração de humanos, animais e natureza; 2) superação da divisão sexual do trabalho; 3) superação da subordinação hierárquica racial.

A repercussão produzida após a inauguração da performance do grupo LasTesis *“Un violador en tú camino”* em 2019, assim como sua reprodução mundo afora, evidencia numa dimensão prática, o caráter universal do sentimento de violação sofrido pela maioria das pessoas que se identificam como mulheres na atualidade. Como as próprias idealizadoras do movimento destacam, o violador é o pai, o irmão, o familiar, o vizinho, o desconhecido, é o Estado, violador é o sistema estruturado para reproduzir e perpetuar a violência simbólica, psicológica, física ou material.

Nos deparamos com uma série de camadas que formam uma densa e complexa estrutura de segregação social, as quais quanto mais acúmulo de pertencimento, maior a gravidade da opressão sofrida por indivíduos e populações. A exploração humana não tem origem na sociedade capitalista, ao contrário, o sistema produtivo vigente se apropriou, incorporou e reciclou as formas de tal exploração para conquistar e manter a hegemonia do poder. Mas apenas a exploração humana não bastou, houve a intensificação da exploração dos recursos naturais.

Para responder à questão proposta, impõe-se antes contornar adequadamente o problema, identificando-se assim, quais são os determinantes sociais que sustentam as relações de poder que se objetiva superar. Parece-nos que a redistribuição territorial dos espaços público e privados, urbanos e rurais são centrais para essa discussão, que atravessa a questão da descolonização e da expropriação do capital saqueado e acumulado às custas de pauperização, violação, encarceramento e devastação de pessoas, comunidades e territórios. Mas, ao constatarmos que as desigualdades de gênero, a maior suscetibilidade de mulheres em situação de violência, o feminicídio, a cultura do estupro, a precarização da saúde, as injustiças raciais e étnicas, são de longe os dispositivos que nos coloca mais vulneráveis frente aos processos de dominação perpetradas nas culturas com matrizes coloniais, reativarmos a convicção sobre a importância da participação da mulher na construção de espaços de contravenção.

LasTesis, coletivo inspirador e disparador da reflexão que trouxemos, lançaram recentemente dois livros: *Quemar el miedo* (2021) e *Antología feminista* (2021), onde se refletem todas as suas opiniões e a urgência de que a América Latina avance na discussão e reconhecimento acerca da desigualdade de direitos entre homens e mulheres.

Não é fácil ser mulher num tempo e lugar em que essa identidade significa enfrentamentos. E mesmo diante destas dificuldades seguimos carregando sob nossos corpos objetificados a história da humanidade. Nossas vozes ecoam e instauram um lugar de insurgências. Partimos desse lugar para construir uma discussão onde a mulher e as artes performativas, se coloquem em diferentes proposições de articulação entre arte e vida, envolvendo dimensões políticas, existenciais e culturais mais amplas. Para isso, nos inspiramos no ato performático inaugurado pelo coletivo artístico LasTesis e elaboramos esse ensaio que, mais do que refletir, pretende provocar outros modos de existir e re-existir.

Apresentamos três mulheres que, cada uma a seu modo e a seu tempo, constroem um pensamento crítico feminista, com poder de mostrar que existimos, a despeito do resgate de todas as pautas conservadoras e opressoras representadas na figura de um (des) governo e seus seguidores de aluguel que, atualmente, desejam nos ter caladas.

No entanto, cabe ressaltar que o presente ensaio traz apontamentos ainda introdutórios, vinculados muito mais ao objetivo de lançar pistas que instiguem o adensamento de um debate repleto de possibilidades de desdobramentos. Essa reflexão não se encerra aqui. Continuaremos enveredando pelas produções científicas de mulheres que tratam sobre a importância de se debater gênero em suas diversas dimensões desde uma perspectiva local, tomando como ponto de partida uma abordagem crítica sobre a construção histórica latino-americana e sobre o eurocentrismo. Há muito a ser desvelado. Sigamos produzindo afetos. Sigamos, em resistência.

---

## REFERÊNCIAS

CARVAJAL, Julieta Paredes. **Hilando fino desde el Feminismo comunitario**. In. SANTIAGO GUSMÁN et al. Mujeres intelectuales – Feminismos y Liberación en América Latina y el Caribe. Bs. Aires: CLACSO, 2017 (acesso em jul. 2021). Disponível em: <<https://bit.ly/3jG7705>>.

CARVAJAL, Julieta Paredes. **Descolonizar as lutas: a proposta do Feminismo Comunitário**. Revista Epistemologias do Sul, v.3, n.1, p.74-87, 2019. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2470/2136>>. Acesso em: 25 de jul de 2021.

CEPAL, Naciones Unidas. **Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe. Femicídio ou femicídio**. 2020 (acesso em ago 2021). Disponível em: <<https://oig.cepal.org/pt/indicadores/femicidio-ou-femicidio>>.

FAUSTINO, Deivison Mendes. **Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo**. SER Social. Brasília. 2018 (Acesso em jul 2021); v. 20, n. 42, p. 148-163. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/231261178.pdf>>.

GALVANI, Giovana. **Chile: a dança feminista atravessa fronteiras. Revista Outras Mídias, por Carta Capital**. 14 de jan. de 2019. (acesso em ago. 2021) Disponível em: <<https://bit.ly/3vNs7qB>>

GONZALEZ, Lélia. **Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher**. Comunicação apresentada, 1979 (acesso em jul 2021) n. 8, p. 5-7. Disponível em: <<https://bit.ly/3be7wm8>>.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje – Anuário de Antropologia, Política e Sociologia (ANPOCS) 1984 (acesso em jul 2021); p. 223-244. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ci4RU8>>.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** In Rios F. Lima, M. (orgs). 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LASTESIS, Colectivo. **Quemar el miedo, un manifiesto. Con la colaboración de Alejandra Carmona.** 2021, Editorial Planeta Mexicana, S.A. ISBN: 978-607-07-7405-8.

LIGUORI, Guido. Dicionário gramsciano (1926-1937). Boitempo Editorial, 2017.

LUGONES, María. **Colonialidad y género.** Tabula rasa, n. 09, p. 73-101, 2008 (acesso em jul 2021). Disponível em: <<https://bit.ly/3pGIEMi>>.

LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo descolonial.** Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, p.935-952, set/dez.2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>>. Acesso em 01 jul.2021.

MIGNOLO, Walter. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade.** in A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas En: Buenos Aires Lugar CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor 2005.

PERFORMANCE colectivo Las Tesis: **“Un violador en tu camino”.** Santiago, 2019 (acesso em ago 2021). 1 vídeo (3m42s). Publicado pelo canal: Colectivo Registro Callejero. Disponível em: <<https://bit.ly/3GpLACB>>.

ROSA, Ketzalli. **Para aquelas que já não estão mais. Violentadas en Cuarentena.** Distintas Latitudes. (México). Traduzido por: Mariana Sanches (Brasil). 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3mgzSlK>>. Acesso em ago. 2021.